



Número: **0800454-47.2019.8.15.0111**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Boqueirão**

Última distribuição : **18/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.775,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA CILENE DA SILVA SANTOS (AUTOR)		INACIO BRUNO SARMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
23963129	29/08/2019 15:34	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
23963135	29/08/2019 15:34	<a href="#">Petição Inicial</a>	Outros Documentos
23963137	29/08/2019 15:34	<a href="#">Procuração.</a>	Procuração
23963138	29/08/2019 15:34	<a href="#">Doc. Pessoais e Comp. de Residência.</a>	Documento de Identificação
23963139	29/08/2019 15:34	<a href="#">SAMU, BO e Comp. de Pag. Administrativo.</a>	Outros Documentos
23963142	29/08/2019 15:34	<a href="#">Doc. Médica.</a>	Outros Documentos
24199006	11/09/2019 09:56	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
27065466	14/12/2019 13:56	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
27065467	14/12/2019 13:57	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
27364044	09/01/2020 13:32	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
27364415	09/01/2020 13:34	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
27364577	09/01/2020 13:42	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

Petição Inicial em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA  
CIVIL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB.**

**MARIA CILENE DA SILVA SANTOS**, brasileira, casada, aposentada, portador do RG de nº 6503200 e CPF de nº 922.130.654-20, residente e domiciliado na Rua Sítio Mulungu, s/n, Bairro: Zona rural na cidade de Barra de São Miguel /PB, por intermédio do seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço que consta no preâmbulo desta, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex<sup>a</sup>, propor o presente:

**ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.**

**COMPLEMENTO**

Em face de: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP-20.031.205, CNPJ 09.248.608.0001-04 expondo e ao final requerendo o seguinte:

AB INITIO, diante da situação financeira em que se encontra o Promovente requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso a Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

É cediço que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de nº. 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*.

**DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO**

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual de acordo zero adotada pela parte Ré, a parte autora vem manifestar, em cumprimento ao **art. 319, inciso VII do NCPC/2015**, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do



procedimento e a necessidade de que **ambas as partes** dispensem a sua realização, conforme previsto no **art. 334, §4º, inciso I, do NCPC/2015.**

### **DOS FATOS E DOS DIREITOS**

A parte autora foi vítima de acidente automobilístico - fato ocorrido no dia 27.10.2018, quando estava tentando da cidade de São Domingos do Cariri/PB, em direção ao Sítio Porteiros. Zona rural daquele município como carona na motocicleta Honda NXR 150 BROS ES, ano/modelo 2014, cor vermelha, Chassi de nº 9C2KD0550ER351752, de placa PCW-5352/PE, quando o condutor da moto tentou sair do asfalto para estrada vicinal, como era de costume, não percebeu que a entrada havia sido retirada, caindo em um barranco de aproximadamente 09 metros de altura, vindo a autora cair ao solo e sofrido lesões graves, sendo socorrido pelo SAMU e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande, conforme descrito em prontuário médico, atestado médico e no Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes ao Autor, tais como **FRATURA EXPOSTA DE FÊMUR ESQUERDO E FRATURA DA BACIA E FRATURA DE OMBRO DIREITO, ONDE FOI SUBMETIDO A CIRURGIAS DE OSTEOSÍNTESE (PLACAS/PINOS/PARAFUSOS)**, devido ao acidente, o que sem dúvidas resultou no comprometimento do membro, conforme se observa nos laudo médicos acostados aos autos e perícia a ser realizada.

Acontece que a parte autora, buscou seus direitos pela via administrativa, recebendo um valor irrisório de **R\$ 4.725,00 (QUATRO MIL, SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS)**, conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo.

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional/invalidez dos membros supra mencionado corresponde ao valor Máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela DPVAT, descrita em lei especial.

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com



veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz *jus* à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

**Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:**

***I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;***

***II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;***

***III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.***

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometeram e o registro de ocorrência no órgão policial competente, **estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:**

***Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.***

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

***APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006.***

Av. Dinâmica Alves Correia, nº1020 – Loja 02.  
Dinâmica, Campina Grande – PB. CEP: 584000-000  
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274  
E-mail: [inaciobrunoadv@gmail.com](mailto:inaciobrunoadv@gmail.com)



**PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO.** 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Toda via é indiscutível a especificação da % da perda dentro da tabela da Lei 11.482/2007, devido a quantificação de perda seja ela parcial ou total, pois quem possui aptidão e capacidade técnica para tal é um médico com especialidade em ortopedia para quantificar a lesão e sua invalidez permanente, devido o autor não possui capacidade econômica para arcar com tais despesas, motivo pelo qual requer a perícia judicial para resguardar direito do autor de acesso à justiça conforme prevê a Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, XXXV: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;”

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74,

#### **DO REQUERIMENTO:**

Pelo Exposto, requer a V.Ex.a., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida, a complementação do pagamento da indenização em epígrafe, **fundada no valor de R\$ 8.775,00 (OITO MIL, SETECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)** referente ao DPVAT, face a invalidez sofrida pelo autor, que veio a comprometer a função do adquirida através de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

Av. Dinâmica Alves Correia, nº1020 – Loja 02.  
Dinâmica, Campina Grande – PB. CEP: 584000-000  
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274  
E-mail: [inaciobrunoadv@gmail.com](mailto:inaciobrunoadv@gmail.com)



01- que Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão.

02- Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com **o rito especial imposto a lide**, tenha início a instrução e julgamento;

03 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documentais, que serão apresentadas independentemente de intimação;

04- seja intimado o autor para ser inquirido nos autos, e com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativo a data do sinistro;

**05- com fundamento no Art. 246, I do Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios e Telégrafos);**

06- seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente à honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;

07- não necessitando que seja oficiado a SEGURADORA LIDER para remeter copia do processo administrativo, pois seguem e anexo copias das documentações;

**08- Não precisando que seja intimada a direção da casa hospitalar onde o autor, ora paciente, foi atendido para disponibilizar prontuário, pois os mesmos já encontra-se em anexo;**

09 – **requer a produção de prova pericial**, oficiando o NUMOL/PERITO a ser nomeado por V. Excelência, visto que tal exame torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art.2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá-se a presente o valor **R\$ 8.775,00 (OITO MIL, SETECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)** para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

**Campina Grande - PB, em 16 de Julho de 2019.**





**INACIO BRUNO SARMENTO**  
**- Advogado - OAB/PB 21.472**

---

Av. Dinâmica Alves Correia, nº1020 – Loja 02.  
Dinâmica, Campina Grande – PB. CEP: 584000-000  
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274  
E-mail: [inaciobrunoadv@gmail.com](mailto:inaciobrunoadv@gmail.com)



Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 29/08/2019 15:34:33  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082915343098000000023213075>  
Número do documento: 19082915343098000000023213075

Num. 23963135 - Pág. 6



## QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:\_\_\_\_\_.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por volta das \_\_\_\_\_ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA ( ), de que forma?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Sem mais, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

(Assinatura – carimbo – CRM)

Av. Dinâmica Alves Correia, nº1020 – Loja 02.  
Dinâmica, Campina Grande – PB. CEP: 584000-000  
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274  
E-mail: [inaciobrunoadv@gmail.com](mailto:inaciobrunoadv@gmail.com)



## PROCURAÇÃO AD JUDICIA E EXTRA JUDICIAL

**OUTORGANTE:** Maria Cilene da Silva Santos, brasileiro (a),  
Casada, aparentado portador da Cédula de Identidade nº:  
6503200, inscrito no CPF nº: 922 / 130 / 654 / 20, residente e domiciliado  
na Rua Sítio Mulungu, Nº 514, Bairro, Zona Rural  
na 57180 000 Cidade Bom do São Miguel / PB de 57180 000, FONE \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_

**OUTORGADO:** INÁCIO BRUNO SARMENTO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB sob nº 21.472, com endereço profissional na Rua: **Dinamarca Alves Correia, 1020, loja 02, Dinamérica, na Cidade de Campina Grande/PB, 3334-1289/99988-5048/98769-2274.**

**PODERES:** Poderes para o foro em geral, a fim de defender os interesses e direitos do Outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive perante esta Douta Vara, propondo Ações competentes em que o Outorgante seja autor ou reclamante, defendendo-o quando for Réu, Interessado ou Requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, acordar, recorrer, receber e dar quitação, confessar, firmar compromisso, prestar declarações, renunciar direitos, bem como substabelecer a presente com ou sem reservas de poderes, se assim lhes convier, praticarem todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, ao qual dar como firme e valioso, enfim praticar todos os atos previstos no art. 105 do Novo Código de Processo Civil com redação dada pela Lei nº 8.952 de 13.12.94 e art. 5º, § 2º da Lei nº 8906, de 04.07.94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil).

**CONTRATO:** O Outorgante obriga-se a pagar ao outorgado, a título de verba honorária advocatícia remuneratória pelos serviços prestados, ora contratados, a importância de 30%, calculados sobre o valor da causa, da condenação ou do acordo celebrado.

### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DE RENDIMENTOS

A parte outorgante, conhecedora dos termos da Lei nº 1.060/50, declara que é pobre na forma da lei e que não tem condições de dar prosseguimento à demanda judicial sem comprometimento da subsistência de sua vida e de sua família.

Campina Grande/PB, 16 de Julho de 2019.

Maria Cilene da Silva Santos  
Outorgante/Declarante

Rua: Dinamérica Alves Correia, nº 1020, loja 02,  
Dinamérica, Campina Grande – PB. CEP: 58400-000.  
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048 / 987692274  
E-mail: [inaciobrunoadv@gmail.com](mailto:inaciobrunoadv@gmail.com)





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6503200 DATA DE EMISSÃO 20.10.1999

NOME MARIA CILENE DA SILVA SANTOS

FILIAÇÃO Inacio Barros Sobrinho Josefa Sofia da Anunciação

NATURALIDADE Barra de São Miguel-PB. DATA DE NASCIMENTO 09.06.1961

DOUGORRIPA CC.6216-L.312-F.48- Cart. 1º Campina Grande-PB.

922.130.454-20

ASSINADO ELETRONICAMENTE

LEI Nº 11.367 DE 23/08/88





# DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Bolso para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica - Nº 020.184.007



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 Insc.Est. 16.015.823-0

## DADOS DO CLIENTE

MARIA CILENE DA SILVA SANTOS  
SIT MULUNGU S/N  
BARRA DE SÃO MIGUEL

## CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1711907-4

### REFERÊNCIA

FEV/2019

### APRESENTAÇÃO

14/02/2019

### CONSUMO

112

### VENCIMENTO

21/02/2019

### TOTAL A PAGAR

R\$ 106,36

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)



DESTAQUE AQUI

MARIA CILENE DA SILVA SANTOS

Roteiro: 09-111-355-1045

CONTA PAGA - Data de Pagamento: 07/03/2019

### VENCIMENTO

21/02/2019

### TOTAL A PAGAR

R\$ 106,36

### MATRÍCULA

1711907-2019- 02-8



Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 29/08/2019 15:34:38

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082915343619100000023213078>

Número do documento: 19082915343619100000023213078



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192  
Rua Manoel Melquides Pereira Tejo, SN, Centro – Cabaceiras - PB  
CEP 58480-000 – Telefone: sn

Cabaceiras, 19 de dezembro de 2018.

### DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito que o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) de Cabaceiras, **USB 42**, prestou atendimento pré-hospitalar a senhora MARIA CILENE DA SILVA SANTOS, vítima de queda de moto, no Sítio Porteiros, zona rural do município São Domingos do Cariri-Pb, aproximadamente às 09:00 horas, do dia 27 de Outubro de 2018, sendo a mesma encaminhada para o Hospital de Trauma de Campina Grande-PB.

*Francisco Diodato Neto*

Respeitosamente,

*Herika Fabricia de M. Aires Diniz*

Herika Fabricia de M. Aires Diniz  
Coordenadora SAMU 192 – Cabaceiras/PB  
COREN 328.630

Herika Aires COREN-328.630  
COORDENADORA SAMU  
CABACEIRAS-PB





GOVERNO DO ESTADO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA  
DELEGACIA DE ACIDENTES E

Rua Raimundo Nonato de Araújo, S/N - Catolé - Campina Grande - 58410163 - (83) 3310-9319



**CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 000045/19 registrada em 12/03/2019, que passo a transcrever na íntegra: Aos doze dias do mês de março do ano de 2019, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DE ACIDENTES E VEÍCULOS, quando encontrava-se presente a Bela. JOSEFA ALVES DE ASSIS, Delegada de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 10:05 horas, compareceu a Sra. MARIA CILENE DA SILVA SANTOS, com 57 anos de idade, filha de INACIO BARROS SOBRINHO e JOSEFA SOFIA DA ANUNCIAÇÃO, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de BARRA DE SÃO MIGUEL - PB, Casada, escolaridade Fundamental Completo, profissão APOSENTADA, portadora da Cédula de Identidade Nº 6.503.200, expedido pela SSP-PE, com C.P.F. de Nº 92213065420, residindo à rua SÍTIO MULUNGÚ, S/N, bairro ÁREA RURAL, na cidade de BARRA DE SÃO MIGUEL - PB.

**Declarou que:**

Informa a comunicante, que por volta das 09h00min do dia 27.10.2018, estava tentando da cidade de São Domingos do Cariri/PB em direção ao Sítio Porteiras, área rural daquele município, ocupando como "carona" a motocicleta HONDA/NXR 150 BROS ES, ano/modelo 2014/2014, cor vermelha, chassi nº 9C2KD0550ER351752, de placa PCW-5352/PE, licenciada em nome de Sebastião Ramon Santos de Araújo, quando o condutor da moto tentou sair do asfalto para a estrada vicinal, como era de costume, não percebeu que a entrada havia sido retirada, caindo em um barranco de aproximadamente nove metros de altura, ocasionando na comunicante fratura exposta do fêmur E + fratura da bacia + fratura do ombro direito, sendo socorrida pelo SAMU da cidade de Cabaceiras/PB e encaminhada para o Hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde foi submetida a tratamentos médicos, conforme documentos apresentados nesta Delegacia, enquanto que o condutor da moto também sofreu ferimentos pelo corpo; Que, ao local não compareceram os Policiais Militares do BPTran, motivo pelo qual não foi confeccionado o Boletim de Acidente de Trânsito; Que, no momento do acidente o tempo apresentava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não encontrando-se a comunicante ou condutor da moto sob a influência de bebida alcoólica; Que, a comunicante manifesta o desejo de não representar criminalmente contra o motociclista envolvido no acidente. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou FÉ.

**Campina Grande, Terça-feira, 12 de Março de 2019**

*Maria Cilene da Silva Santos*

MARIA CILENE DA SILVA SANTOS

Declarante

*José Alberto do Nascimento*  
Escrivão de Polícia

JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão





27/03/2019

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são enc. emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

### SINISTRO 3190209286 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARIA CILENE DA SILVA SANTOS  
COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Sabemi Seguradora S/A-Matriz II  
BENEFICIÁRIO MARIA CILENE DA SILVA SANTOS  
CPF/CNPJ: 92213065420

Posição em 27-03-2019 11:15:47

O pedido de indenização está em análise na Seguradora Líder-DPVAT. O prazo regulamentar para conclusão do processo é de até 3

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
28/03/2019	R\$ 4.725,00	R\$ 0,00	R\$ 4.725,00

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
22/03/2019	Aviso de Sinistro	







GOVERNO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES



ATENDIMENTO URGÊNCIA

PRONT (B.E) Nº: 1762587 CLASS. DE RISCO: VERMELHO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CNPJ: 08.778.268/0038-52  
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Marinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809 Data: 27/10/2018  
Boletim de Emergência (B.E) - Modelo 07 Atendente: Adriana Pereira Rodrigues

PACIENTE: MARIA CILENE DA SILVA SANTOS CEP: 58483000 Nascimento: 19/07/1961

Endereço: SÍTIO MULUNGU Sexo: F Telefone: 88339259

Cidade: Barra de São Miguel Bairro: ZONA RURAL

Nome da Mãe: RG: Idade: 057

Responsável: MARCIA CPF: Profissão: APOSENTADA

Estado Civil: Casado(a) Data de Atend: 27/10/2018

Motivo: ACIDENTE DE MOTO Hora: 11:53:48

Médico: CRM: CONVÊNIO: SUS

Especialidade: Especialidade:

Observações: OBS FICHA:

MECANISMOS DO TRAUMA

LOCAL DA LESÃO (Identifique o local com o número correspondente ao lado)

1. Abração 19. Fratura óssea fechada

2. Amputação 20. Fratura óssea aberta

3. Avulsão 21. Hematoma

4. Contusão 22. Injúria de Vencido

5. Crepitação 23. Laceração

6. Dor 24. Lesão tendinosa

7. Edema 25. Luxação

8. Empalhamento 26. Mordedura

9. Enfisema subcutâneo 27. Movimento torácico paradoxal

10. Escoriação 28. Objeto Encaixado

11. Equimose 29. Otorragia

12. F. Arma branca 30. Paralisia

13. F. Arma de fogo 31. Paralisia

14. F. Cortado 32. Paratessia

15. F. Cortante 33. Queimadura

16. F. Corte-contuso 34. Rinite aguda

17. F. Perfuro-contuso 35. Sinais de isquemia

18. F. Perfuro-cortante 36.

OBS:

QUEIMADURA:

Superfície corporal lesada = % Grau ( ) 1º Grau ( ) 2º Grau ( ) 3º Grau

DIAGNÓSTICO / CID: Politrauma

HICG-Formulário Administrativo

Curitiba

EXAME PRIMÁRIO - DADOS CLÍNICOS

Paciente trazida pelo SAMU por queda de modo aberto.  
10 metros na encosta de 3 horas. Estava sem consciência.  
Nega perda de consciência ou vômitos.  
Via aérea permeável. Sem alterações. Retorno espontâneo.  
Expansibilidade torácica normal. Abdominal sem alterações.  
Pulsos eixos e limitados. Ausculta sem alterações.  
ECG = 15 - sem alterações.  
Dor e edema em costela (E) dor em ombro (D).

ALERGIA:

MEDICAMENTOS:

PATOLOGIAS:

EXAME FÍSICO

PUPILAS

Glasgow

PA

HGT:

SatO2

Isocóricas ( ) Anisocóricas ( )

Fotorreagentes (X) Isocóricas ( ) Anisocóricas ( )

EXAMES SOLICITADOS:

( ) Laboratoriais

( ) Gasometria arterial

( ) Tomografia Computadorizada

( ) Ultrassonografia

(X) Radiografias

( ) Tomografia

SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO:

Especialista: Ortopedia

Especialista: / /

MÉDICO SOLICITANTE

PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

PRESCRIÇÕES E CONDUTAS

HORÁRIO REALIZADO

1

2

3

4

5

6

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO:

Julio Cesar Costa

10





SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

### DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

### RELATÓRIO DE OPERAÇÃO





### Folha de Sala - Recuperação Pós Anestésica

Paciente:	M <sup>ra</sup> Citade da Silva Santos		Idade:	57 anos	
Convênio:	mau. 1768587		Data:	19/11/18	
Procedimento:	Mo. Cirurgico de fratura de fêmur				
Cirurgião:	Dr. Breno	Auxiliar:	Dr. Lúcio + Dr. Euler	Anestesista:	Dr. Alfredo
Início:	11h	Término:	13:00	Anestesia	Raqui

[illegible][illegible][illegible]





GOVERNO  
DA PARÁIBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

### Ficha de Acolhimento

AMU

Nome:	Maria Cibele da Silva Santos		
End:	Sítio Mulungu		
Data de Nascimento:	19/07/1961	Documento de Identificação:	Bairro: Parva de São Miguel
Queixa:	De Moto	Data do Atend.: 27/10/18	Hora: 11:48 Documento:
Acidente de trabalho?	( ) Sim (X) Não		

### Classificação de Risco

Nível de consciência:	( ) Bom ( ) Regular ( ) Baixo	Aspecto:	( ) Calmo ( ) Fáceis de dor ( ) Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:		
Pressão arterial:	Temperatura axilar:		
Dosagem de HGT:	Mucosas: ( ) Normocorada ( ) Pálida		
Deambulação:	( ) Livre ( ) Cadeira de rodas ( ) Maca		

MOD. 110

### Estratificação

( ) Amarelo - atendimento até 1 hora  
( ) Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional



## Diagnóstico

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA

DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Maira C. L.

Prescrição Médica

Dieta livre 2x ao dia 5 R.C.

Soro 1500 ml EV em 24hs

Dipirona 2ml + AD EV 6/6hs

Omeprazol 40 mg EV / dia

Tilatil 20mg EV 12/12hs

Tramal 100mg + SF EV 8/8hs SN

Plasil 2ml + AD EV 8/8hs SN

Etiologia

SSVV + CCGG

Mao parva lgr (2) 6/6h - 24/24h  
bambino coxa (2)OK  
OKEx. do fêmea (2) pet  
Ex. do fêmea (2) pet

9.3

Enfermeira

Leito

Evolução Médica

Horário

Cura do fêmea (2)  
no parada 1/10h  
VPMDr. Eduardo Braga Moraes  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM - PB 6588Dr. Eduardo Braga Moraes  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM - PB 6588



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE CABACEIRAS

---

## DESPACHO

---

PROCESSO Nº 0800454-47.2019.8.15.0111

AUTOR: MARIA CILENE DA SILVA SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Vistos etc.

Defiro a gratuidade judiciária, nos termos do art. 98, do CPC.

Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, não sendo o caso de improcedência liminar do pedido, determino à serventia que designe data para realização de AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, conforme disponibilidade em pauta (art. 334, CPC).

Após, cite-se o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

A parte autora será intimada na pessoa do advogado (art. 334, §3º, CPC).

Cientes as partes quanto à possibilidade de constituírem representantes com poderes para negociar e transigir, bem como, que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, CPC).

Cientifique-se a parte promovida de que lhe é facultado oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da audiência de conciliação quando não houver comparecimento de alguma das partes ou, comparecendo, não houver autocomposição, ou ainda do seu eventual protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, ocasião em que poderá apresentar tudo o que interesse a sua defesa, além de preliminares, incompetência relativa, incorreção do valor da causa e indevida concessão de justiça gratuita.

Cumpra-se.

Cabaceiras, data e assinatura eletrônicas.



Juiz(a) de Direito





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA**

---

**Vara Única de Boqueirão**

Rua Amaro Antônio Barbosa, S/N, Centro, BOQUEIRÃO - PB - CEP: 58450-000

**ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0800454-47.2019.8.15.0111**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: MARIA CILENE DA SILVA SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos das Resoluções do Tribunal Pleno ns. 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30/2019, **INTIMO** as partes, por seus advogados, quanto a conclusão do procedimento de redistribuição dos presentes autos, prazo de 05 (cinco) dias, para os fins previstos nos arts. 3º e 4º, conforme o caso, dos referidos normativos legais.

BOQUEIRÃO, 14 de dezembro de 2019.

ROBSON DE QUEIROZ CAVALCANTI  
Técnico Judiciário







**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA**

---

**Vara Única de Boqueirão**

Rua Amaro Antônio Barbosa, S/N, Centro, BOQUEIRÃO - PB - CEP: 58450-000

**ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0800454-47.2019.8.15.0111**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: MARIA CILENE DA SILVA SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos das Resoluções do Tribunal Pleno ns. 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30/2019, **INTIMO** as partes, por seus advogados, quanto a conclusão do procedimento de redistribuição dos presentes autos, prazo de 05 (cinco) dias, para os fins previstos nos arts. 3º e 4º, conforme o caso, dos referidos normativos legais.

BOQUEIRÃO, 14 de dezembro de 2019.

ROBSON DE QUEIROZ CAVALCANTI  
Técnico Judiciário





**Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Boqueirão**

( )

**ATO ORDINATÓRIO**

Certifico, nesta data, que de ordem do Juiz de Direito desta Comarca foi designada data para realização de **Audiência Tipo: Conciliação Sala: sala de Audiencia nº 1 Data: 02/04/2020 Hora: 09:00** . Para constar, assino este termo.

9 de janeiro de 2020

**MAGDALA ALVES VITORINO**

Técnico(a) Judiciário(a)





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE BOQUEIRÃO

Processo nº 0800454-47.2019.8.15.0111

AUTOR: MARIA CILENE DA SILVA SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO**

Certifico, nesta data, que fora(m) intimado(s)/notificado(s) da **Audiência Tipo: Conciliação Sala: sala de Audiencia nº 1 Data: 02/04/2020 Hora: 09:00** :

- Parte autora, por seu advogado, via sistema (art. 334, §3º do CPC)

Para constar, assino este termo. Dou fé.

Boqueirão/PB, 9 de janeiro de 2020.

MAGDALA ALVES VITORINO





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE BOQUEIRÃO

Processo nº 0800454-47.2019.8.15.0111

AUTOR: MARIA CILENE DA SILVA SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

Pelo presente, fica(m) o(s) destinatário(s) **Citados** de todos os movimentos da presente ação. E intimado(a) da **Audiência Tipo: Conciliação Sala: sala de Audiencia nº 1 Data: 02/04/2020 Hora: 09:00**

Cientes as partes quanto à possibilidade de constituírem representantes com poderes para negociar e transigir, bem como, que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, CPC).

Cientifique-se a parte promovida de que lhe é facultado oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da audiência de conciliação quando não houver comparecimento de alguma das partes ou, comparecendo, não houver autocomposição, ou ainda do seu eventual protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, ocasião em que poderá apresentar tudo o que interesse a sua defesa, além de preliminares, incompetência relativa, incorreção do valor da causa e indevida concessão de justiça gratuita.

DESTINATÁRIO(S): ADVOGADO(A)(S).

Boqueirão/PB, 9 de janeiro de 2020.

De ordem, MAGDALA ALVES VITORINO.

Técnico(a) Judiciário(a)



